

PROPOSTA DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Estruturação da CE-P2R2 e Aperfeiçoamento do Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos no Estado de Santa Catarina

Introdução

Objetivo Geral

Estruturar a CE-P2R2 e ampliar a área de atuação do Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos para outros modais de transporte, além de apresentar a caracterização e mapeamento de empreendimentos e atividades relacionadas a produtos perigosos no estado.

Objetivos específicos

Meta 1: Instituir e manter equipe de coordenação técnica e executiva;

Meta 2: Migrar as informações inseridas no Banco de Dados do Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos para o Banco de dados que integra o Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos;

Meta 3: Aperfeiçoar o Banco de Dados do Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos;

Meta 4: Realizar coleta e levantamento de dados sobre o Transporte de produtos perigosos nos modais rodoviário, ferroviário, marítimo, dutoviário e aéreo e inserir estas informações no Sistema;

Meta 5: Caracterizar e mapear os empreendimentos e atividades relacionadas a produtos perigosos no estado e inserir estas informações no Sistema;



- Meta 6:** Estruturar da Base da CE-P2R2 através da aquisição de equipamentos e mobiliário;
- Meta 7:** Estruturar as unidades de resposta, com equipamentos para atendimento a emergências com Produtos perigosos, nos pontos estratégicos do trecho norte da BR- 101;
- Meta 8:** Adquirir Manuais de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos;
- Meta 9:** Adquirir Manuais de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;
- Meta 10:** Produção de materiais de esclarecimento aos usuários e populações próximos aos locais de circulação, produção e armazenagem de produtos perigosos;
- Meta 11:** Capacitação Técnica da equipe da CE- P2R2;
- Meta 12:** Divulgação dos Resultados do Projeto através da realização de Seminário;
- Meta 13:** Produção de Relatório Final e Relatório da Meta 12;
- Meta 14:** Pagamento dos Serviços Operacionais da Instituição Executora/UFSC.

Justificativa

Os produtos considerados perigosos são imprescindíveis à vida moderna. É inviável o desenvolvimento de nossa atual sociedade sem esses produtos, porém, tomando-se as devidas precauções, podemos equilibrar esse desenvolvimento para que ele ocorra da forma mais segura possível.

Além de serem importantes para o nosso dia-a-dia, a comercialização desses produtos tem uma representatividade bastante significativa na economia do país. Atualmente a indústria química brasileira responde por 11,2% do Produto Interno Bruto da Indústria de Transformação, ficando em 3º lugar no ranking do cenário nacional (ABIQUIM, 2010).

No entanto é importante salientar que a preocupação com a produção, armazenagem e transporte de produtos perigosos se intensificou, apenas, a partir do século XX, pois, de acordo com Araújo (2001), este período foi marcado por uma série de acidentes, dos mais variados tipos, que impuseram profundas mudanças, as quais devem ser incorporadas e ampliadas, de forma a buscar a redução dos acidentes e seus efeitos.

Ao final da Segunda Guerra Mundial em 1945, os países da Europa Ocidental passaram a se preocupar com o transporte de produtos perigosos, surgindo daí as primeiras propostas

que recomendavam o emprego de métodos padronizados para lidar com essa modalidade de transporte.

Por iniciativa da ONU, em 1957 foi constituída uma comissão de especialistas em produtos perigosos, os quais elaboraram uma relação contendo aproximadamente dois mil produtos considerados perigosos. Atualmente esta lista possui mais de três mil produtos.

No Brasil, somente em 1983, devido à ocorrência de dois graves acidentes, é que providências concretas vieram a ser tomadas. Somente após o acidente com o pentaclorofenato de sódio, conhecido como “pó da China”, no Rio de Janeiro, e o descarrilamento de um comboio ferroviário transportando combustível em Salvador, foi que o Governo Federal percebeu a complexidade que é lidar com produtos perigosos e ordenou a elaboração imediata de normas específicas.

Após quase três anos de discussões e alterações nas leis vigentes, foi sancionado o Decreto nº 96.044, de 18 de maio de 1988, complementado pelas Instruções aprovadas pela Resolução da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) nº 420, de 12 de fevereiro de 2004, e alterações posteriores (Resoluções ANTT 701/04, 1.644/06, 2.657/08, 2.975/08, 3.383/10 e 3.632/11). Neste decreto, os deveres, obrigações e responsabilidades foram distribuídos entre o fabricante do equipamento de transporte, o fabricante ou importador do produto perigoso, o contratante do transporte, o expedidor, o transportador e o destinatário.

Além do risco crescente à integridade do meio ambiente, representado pelo aumento da produção, manipulação e circulação de produtos perigosos, o processo de expansão urbana contribui para ampliar a possibilidade de exposição da população, agravando as consequências decorrentes de um acidente. Paralelamente, a falta de preparo dos diferentes agentes envolvidos, direta e indiretamente, com as emergências ambientais provocadas por esses produtos, potencializa o risco representado pelo ciclo de vida destas substâncias.

As necessidades de produção e consumo fazem com que o transporte de produtos perigosos seja cada vez maior, estando cada uma destas substâncias associadas a um perigo em potencial, que é percebido através de desastres tecnológicos de proporções catastróficas que aconteceram em todos os países nas últimas décadas.

Apesar de poder ocorrer em qualquer etapa do processo, da produção à utilização final, os acidentes com produtos perigosos concentra seu principal risco ambiental no transporte, por expor a carga a situações que escapam ao controle, capaz de desencadear emergências a

qualquer hora e em qualquer ponto do deslocamento entre o local de despacho da carga e o seu destino final.

Uma emergência com produtos perigosos poderá se tornar um desastre, pois muitas vezes um evento dessa natureza vai além dos limites esperados e pode causar danos humanos à população e provocar, em grande escala, a contaminação do solo, do lençol freático, corpos hídricos, entre outros.

Preocupado com esta questão o Governo Federal lançou, em 2004, o Plano Nacional de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências Ambientais com Produtos Químicos Perigosos -P2R2, vinculado à Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, que teve como marco inicial o resultado catastrófico na estrutura de atendimento ao acidente ocorrido em 2003, no município de Cataguazes/MG, onde o rompimento de um reservatório de uma empresa Florestal liberou a lixívia (resíduo industrial tóxico), que em menos de 12 horas atingiu os rios Pomba e Paraíba do Sul. O fornecimento de água foi interrompido em oito municípios dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro e mais de 600 mil pessoas ficaram sem água por quase duas semanas.

Quanto ao estado de Santa Catarina é importante salientar que o território catarinense tem suas peculiaridades com relação aos produtos perigosos, não existem na região grande polos petroquímicos, porém, devido à localização geográfica e a distribuição espacial das indústrias do setor, Santa Catarina tornou-se um corredor de movimentação desses produtos, possuindo um intenso tráfego rodoviário de passagem de produtos perigosos.

As estatísticas mostram que em Santa Catarina, entre o período de 2004 a 2006 foram registrados, na rodovia BR-101, pela Polícia Rodoviária Federal, em montante de 107 (cento e sete) acidentes envolvendo o transporte rodoviário de produtos perigosos, número bastante significativo e que não é apenas uma realidade catarinense, reflete uma realidade nacional.

Pela Resolução nº 555/94/CODESUL, os Governadores dos Estados Membros do CODESUL, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, passaram à Defesa Civil de seus Estados a responsabilidade da problemática do transporte rodoviário de produtos perigosos. Preocupado com o aumento significativo da circulação de veículos com produtos nocivos à saúde e ao meio ambiente nas rodovias catarinenses, o governo do estado instituiu através do Decreto Estadual nº 2.894, de 20/05/1998, o Programa Estadual de Controle de Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.

O estado de Santa Catarina vem, nos últimos anos, investindo em pesquisas e estudos, estes investimentos justificam-se pelo fato de que o levantamento de informações é imprescindível para a gestão dos riscos relacionados com cada modalidade de transporte, tanto no aspecto preventivo como corretivo. É preciso conhecer a realidade da região para investir na prevenção, diminuindo, dessa forma, as vulnerabilidades e conseqüentemente os riscos. Mesmo assim, temos que estar preparados para dar uma resposta eficiente e rápida em uma eventual emergência envolvendo o transporte de produtos perigosos.

Projetos desenvolvidos pelo Centro Universitário de Estudos e Pesquisas sobre Desastres – CEPED UFSC:

- (2003 – 2005) – Projeto: *“Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos”*, o projeto viabilizou a criação de um Banco de Dados e a realização de Operações de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos nas principais rodovias catarinenses. Atualmente o Banco de Dados conta com mais de três mil e quinhentas fichas de pesquisas inseridas e gera mais de 15 diferentes relatórios;
- (2005 – 2007) - *Projeto de Diagnóstico das Condições de Manuseio de Produtos Perigosos no Estado de Santa Catarina*, foi o 2º Projeto na área de produtos perigosos, além de abordar o transporte rodoviário ampliou a pesquisa para os outros modais, porém a falta de atualização dos dados faz com que as informações levantadas naquele período não reflitam a realidade atual do estado;
- (2007 – 2009) - *Projeto de Caracterização das áreas circunvizinhas das principais Rodovias e Ferrovias utilizadas para o Transporte de Produtos Perigosos no Estado de Santa Catarina visando à elaboração de PRAEs – Planos Regionais de Atendimento Emergência*, o projeto focou na prevenção e preparação para emergências com produtos Perigosos. Apesar de ter sido levantado, em campo, os pontos vulneráveis estas informações foram apenas compiladas em Plantas Retigráficas, pois o projeto não contemplava a criação de em SIG para a inserção dos dados. Os Planos foram atualizados no final de 2011 e estão disponíveis no site da SDC.

Outro projeto recentemente finalizado, fruto de um convênio entre DNIT e o CEPED UFSC, sendo uma ação de compensação ambiental pela duplicação do trecho sul da BR-101, é denominado: *“Sistema de Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos”*, tem como objetivo estruturar um Sistema Integrado de 1ª Resposta e Resposta Especializada, para atendimento de acidentes envolvendo PP, no

trecho sul da BR-101 de modo a prestar socorro e assistência às vítimas, de uma forma rápida e eficiente.

O projeto tem como metas: Elaboração do Plano Ambiental Emergencial – PAE; Realização de Campanhas de Divulgação; Projeto Básico e Executivo de uma área, no Hospital Universitário, para Atendimento a Queimados e Vítimas de Acidentes com Produtos Tóxicos; e Projeto Básico e Executivo de Centro de Gerenciamento; Desenvolvimento e Implantação de Banco de Dados; Aquisição de Equipamentos e Materiais; e Construção de uma Área do hospital Universitário para Atendimento a Queimados e Vítimas de Acidentes com Produtos Tóxicos.

A Secretaria de Estado da Defesa Civil, como idealizadora do projeto, acompanhou a execução do mesmo e definiu a destinação dos equipamentos. O órgão ficará responsável pelo gerenciamento do Banco de Dados.

No entanto sente-se a necessidade de ampliar a área de atuação do “Sistema de Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos” para outras rodovias e outros modais de transporte.

Sendo a BR-101 a rodovia onde circulam o maior fluxo de veículos transportando produtos perigosos e onde tem o maior registro de acidentes, é imprescindível que as unidades de resposta estejam equipadas e preparadas, portanto necessita-se que sejam replicadas, para o trecho norte da BR-101, as ações realizadas no trecho sul da rodovia através do projeto da DNIT.

Em setembro de 2011 foi criado através do Decreto Estadual nº 553, a Comissão Estadual de Prevenção, Preparação e Resposta Rápida a Emergências com Produtos Perigosos (CE-P2R2), com o intuito de ampliar e direcionar as ações na área de produtos perigosos de acordo com as necessidades levantadas pelas diversas agências integrantes da comissão. No entanto necessita-se que a CE-P2R2 seja fortalecida através da estruturação da base da comissão e da capacitação dos seus membros para que possam atuar com conhecimento amplo sobre o assunto.

Os convênios, projetos e programas que vem sendo implantados nos últimos anos no estado de Santa Catarina são reflexos do trabalho de pesquisa sobre o transporte de produtos perigosos, pois é necessário e de extrema importância conhecer a realidade para

que se possa fortalecer as iniciativas de gestão e efetivar o planejamento e uma atuação preventiva e corretiva no que concerne a efeitos negativos desse tipo de transporte.

Metodologia

Meta 1: Instituir e manter equipe de coordenação técnica e executiva;

Formação de equipe com competência técnica para a Coordenação geral do projeto, coordenação técnica, executiva e operacional. Será responsável por planejar, acompanhar, executar e avaliar todas as etapas contidas no processo, prestando contas junto ao proponente e o órgão financiador.

Meta 2: Migrar as informações inseridas no Banco de Dados do Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos para o Banco de dados que integra o Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos.

O Banco de Dados foi fruto do 1º Projeto de Produtos Perigosos, firmado entre Defesa Civil Estadual e CEPED UFSC, foi criado em 2003, tinha como intuito gerar dados para que se pudessem melhorar as ações de fiscalização nas rodovias mediante um conhecimento das cargas que eram transportadas, bem como pelas empresas que realizavam tal transporte. Com o passar do tempo, percebeu-se uma limitação no sistema, pois o mesmo não possibilitava o cruzamento de diversos dados, o que dificultava o processo decisório. Com o objetivo de sanar este problema foram contratados especialistas para aperfeiçoar o sistema, no entanto o campo “Relatórios” foi criado em outra linguagem e isso gerou outros problemas no BD. Apesar das várias tentativas de melhoramento, o BD não está correspondendo as nossas necessidades, portanto é necessário que as aproximadamente 3.500 fichas inseridas atualmente sejam migradas para o BD do “Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos”. Caso não seja possível realizar a migração dos dados será necessário a inserção de todas as fichas no

novo sistema. A alimentação do BD com as novas fichas ficará sobre a responsabilidade da Defesa Civil Estadual, assim como a manutenção do sistema após o término do projeto.

Meta 3: Aperfeiçoar o Banco de Dados do Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos;

O Banco de Dados do Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos foi criado para atender o trecho sul da BR-101, no entanto percebe-se na necessidade de ampliar este campo de atuação para as outras rodovias e outros modais de transporte. Ter conhecimento sobre as características e especialização das atividades envolvendo produtos perigosos também é fundamental para que possamos ter um controle e planejar ações preventivas com o intuito de evitar ou minimizar possíveis desastres envolvendo estes produtos. Para ampliar e aperfeiçoar o Sistema será preciso contratar empresa especializada, através de licitação, para criar novos campos e atender as necessidades apontadas.

Meta 4: Realizar coleta e levantamento de dados sobre o Transporte de produtos perigosos nos modais rodoviário, ferroviário, marítimo, dutoviário e aéreo e inserir estas informações no Sistema;

Modal Rodoviário: Equipe deverá percorrer as principais rodovias federais: **BR-101, BR-470, BR-280, BR-116, BR-282** com GPS, pegar os pontos vulneráveis ao longo da via e as coordenadas geográficas de KM em KM para inserção no sistema. As principais rodovias estaduais também deverão ser contempladas no sistema, no entanto a PMRv já possui o levantamento dos pontos vulneráveis georreferenciados e se colocou as informações a disposição da defesa Civil Estadual. Informar dentro do sistema a Contagem dos Acidentes, Km em Km, não somente com produtos perigosos, acidentes em geral, isso gera uma informação estatística de locais perigosos para tráfego e acidentes.

Modal Ferroviário: Equipe deverá percorrer a rota do trem com GPS e pegar as coordenadas geográficas dos pontos vulneráveis e levantar os principais acessos. A ALL já possui este levantamento, teremos um representante desta instituição dentro da CE-P2R2, pode-se solicitar estas informações a ALL.

Modal Aéreo: Equipe deverá levantar os pontos vulneráveis no entorno dos aeroportos do estado (**raio de 1 km**) e levantar informações sobre produtos perigosos transportados (quantidades/ origem e destino). Estas informações devem ser inseridas no sistema. Entrar em contato com a INFRAERO e ver o que pode ser disponibilizado de informações para a CE-P2R2.

Modal Dutoviário: Equipe deverá mapear o transporte dutoviário (localização das válvulas de segurança) e identificar trechos vulneráveis. Levantar dados sobre os produtos perigosos transportados e os riscos apresentados por esse tipo de transporte. Estas informações devem ser inseridas no sistema.

Modal Marítimo: Equipe deverá mapear os portos (pontos vulneráveis) e levantar informações sobre os produtos transportados, locais de armazenamento, quantidades movimentadas, origem e destino desses produtos. Estas informações devem ser inseridas no sistema.

Meta 5: Caracterizar e mapear os empreendimentos e atividades relacionadas a produtos perigosos no estado e inserir estas informações no Sistema;

Realizar inventário dos empreendimentos no estado (tipo de produção/ volume de produção/ destinação) e mapear a localização das empresas. Estas informações devem ser inseridas no sistema. A ferramenta SINFAT (licenciamento ambiental integrado) da Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina - FATMA poderá informar os tipos de atividades licenciadas nos Estado. O Conselho Regional de Química - CRQ também tem o registro com CNPJ e os endereços das empresas cadastradas no conselho regional de química, estes dados poderão ser solicitados.

Meta 6: Estruturar da Base da CE-P2R2 através da aquisição de equipamentos e mobiliário;

A Defesa Civil Estadual disponibilizará um espaço para a CE-P2R2 que contará com a seguinte estrutura:



Qt.	EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS
01	Mesa de reunião para 12 pessoas
12	Cadeiras para mesa de reunião
01	Telefone sem fio
01	Armário 2 portas
01	Quadro branco
01	Projektor datashow
01	Notebook
01	Computador
01	Máquina fotográfica digital
01	Trena digital
02	Mesas de computador
01	GPS
01	Veículo 4x4

Meta 7: Estruturar as unidades de resposta, com equipamentos para atendimento a emergências com Produtos perigosos, nos pontos estratégicos do trecho norte da BR- 101;

Levantaram-se informações sobre as unidades do Corpo de Bombeiros Militar - CBMSC e da Polícia Militar Ambiental - PMA existentes no trecho norte da BR-101. Essas instituições elencaram as unidades prioritárias para o recebimento dos Kits conforme lista abaixo:

Polícia Militar Ambiental (PMA): Tijucas e Joinville

Corpo de Bombeiro Militar de Santa Catarina (CBMSC): Barra Velha, Itajaí, Itapema, Tijucas e Biguaçu.

Serão adquiridos e distribuídos Kits diferenciados ao CBMSC e a PMA, totalizando 07 kits com os seguintes equipamentos:

KIT 1: Polícia Militar Ambiental (PMA)



QT	EQUIPAMENTO
01	Âncora
02	Barreira de Contenção (25 mts)
01	Bote Inflável
01	Cabo 100m
04	Colete Salva-vidas
01	Motor 15hp

Obs: Serão adquiridos 02 (dois) kits com os itens acima.

KIT 2: Corpo Bombeiro Militar (CBMSC)

QT	EQUIPAMENTO
01	Detectores de Multigás Portátil
02	Conjuntos Completos de Equipamentos para Proteção Respiratória, com cilindros reservas.
04	Bota de Proteção Química (pares)
04	Capacete de Proteção
04	Luva de Algodão (pares)
04	Luva de Proteção Química (pares)
04	Luva de Vaqueta (pares)
04	Óculos de Proteção
02	Roupa de Proteção Classe A
02	Roupa de Proteção Classe B

Obs: Serão adquiridos 05 (cinco) kits com os itens acima.

Será adquirido um Kit para ser guardado junto à equipe do P2R2 para casos emergenciais. Este Kit será composto pelos seguintes equipamentos:

KIT 3: CE-P2R2 (Secretaria de Estado da Defesa Civil)

QT	EQUIPAMENTO
04	Colete Salva-vidas
01	Detectores de Multigás Portátil
04	Bota de Proteção Química (pares)
04	Capacete de Proteção
04	Luva de Algodão (pares)
04	Luva de Proteção Química (pares)
04	Luva de Vaqueta (pares)
04	Óculos de Proteção
02	Roupa de Proteção Classe A
02	Roupa de Proteção Classe B
02	Barreiras Contenção (25mts)

Obs: Será adquirido 01 (um) kit com os itens acima.

Meta 8: Adquirir Manuais de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos;

O estado de Santa Catarina conta com a seguinte estrutura em relação aos órgãos de fiscalização e atendimento:

- Corpo Bombeiro Militar (CBMSC) - 116 unidades
- Bombeiros Voluntários – 41 unidades
- Polícia Militar Ambiental (PMA) – 16 unidades
- Fundação de Meio Ambiente (FATMA) – 14 regionais



- Secretaria de Estado da Saúde (Vigilância Sanitária) – 36 regionais
- Polícia Rodoviária Federal (PRF) – 24 postos
- Polícia Militar Rodoviária (PMRv) – 24 postos

Sendo assim necessitamos adquirir **250 exemplares dos Manuais de Atendimento a Emergências com Produtos Perigosos** que serão doados aos órgãos de atendimento.

Meta 9: Adquirir Manuais de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos;

O estado de Santa Catarina conta com a seguinte estrutura em relação aos órgãos fiscalizadores:

- Polícia Rodoviária Federal (PRF) – 24 postos
- Polícia Militar Rodoviária (PMRv) – 24 postos

Sendo assim necessitamos adquirir 60 exemplares dos Manuais de Fiscalização que são doados aos postos da PRF e PMRv e disponibilizar aos membros da CE-P2R2.

Meta 10: Produção de materiais de esclarecimento aos usuários e populações próximos aos locais de circulação, produção e armazenagem de produtos perigosos;

Produzir materiais com foco em Produtos Perigosos para distribuição a população direta e indiretamente envolvida com o tema. Realizar a impressão de 10.000 unidades da cartilha 2 – Produtos Perigosos, do Programa Nossa Segurança lançado pela SDC e produzir folders de orientação a população que vive próxima as rodovias com grande fluxo no transporte de Produtos Perigosos, próxima a dutos, portos e empreendimentos do setor, totalizando 20.000 unidades.

Meta 11: Capacitação Técnica da equipe da CE- P2R2;

Trazer para o estado de Santa Catarina profissionais da área de instituições de referência no país para ministrar cursos com temas relacionados. Serão realizados 03 cursos durante 04 dias (cada), com carga horária de 32hs.

Meta 12: Divulgação dos Resultados do Projeto através da realização de Seminário;

Contratação de Empresa que deverá oferecer o seguinte serviço:

- a) 25 (vinte e cinco) diárias em Apartamento duplo 4 Estrelas;
- b) Auditório com ambiente climatizado para no mínimo 100 pessoas sentadas incluso os equipamentos, TV, vídeo, DVD, data show, internet, tela, cd player, 02 caixas de som, 02 microfones, quadro branco, pincéis e apagador, palco com acomodações para no mínimo 5 (cinco) palestrantes. Água mineral e café deverão ser disponibilizados em quantidade suficiente para o quantitativo de palestrantes e participantes do evento;
- c) Almoço, incluso refrigerantes e sobremesa, para 100 (cem pessoas).

O Seminário terá duração de 1 (um) dia com programação voltada para apresentação dos resultados dos trabalhos da CE P2R2 SC.

Meta 13: Produção de Relatório Final e Relatório da Meta 12;

Elaborar relatório contendo informações de todas as etapas do projeto, com os resultados alcançados. O relatório será impresso e encaminhado aos órgãos envolvidos diretamente no projeto, também será produzido Banner e demais materiais.

Meta 14: Pagamento dos Serviços Operacionais da Instituição Executora/UFSC.

Viabilizar a hospedagem do Projeto junto a instituição executora, trata-se de taxas administrativas para o fornecimento de serviços de contabilidade, assessoria jurídica, administrativo, manutenção e outros.

Cronograma de Execução

	METAS	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6	Mês 7	Mês 8	Mês 9	Mês 10	Mês 11	Mês 12
01	Instituir e manter equipe de coordenação técnica e executiva												
02	Migrar as informações inseridas no Banco de Dados do Programa Estadual de Controle do TRPP para o Banco de dados que integra o Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com PP.												
03	Aperfeiçoar o Banco de Dados do Sistema de Prevenção, Controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com PP.												
04	Realizar coleta e levantamento de dados sobre o Transporte de produtos perigosos nos modais rodoviário, ferroviário, marítimo, dutoviário e aéreo e inserir estas informações no Sistema.												
05	Caracterizar e mapear os empreendimentos e atividades relacionadas a produtos perigosos no estado e inserir estas informações no Sistema												
06	Estruturar da Base da CE-P2R2 através da aquisição de equipamentos e mobiliário.												
07	Estruturar as unidades de resposta, com equipamentos para atendimento a emergências com Produtos perigosos, nos pontos estratégicos do trecho norte da BR- 101.												
08	Adquirir Manuais de Atendimento a												

	Emergências com Produtos Perigosos.											
09	Adquirir Manuais de Fiscalização do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.											
10	Produção de materiais de esclarecimento aos usuários e populações próximos aos locais de circulação, produção e armazenagem de produtos perigosos.											
11	Capacitação Técnica da equipe da CE- P2R2.											
12	Divulgação dos Resultados do Projeto através da realização de Seminário.											
13	Produção de Relatório Final e Relatório referente a Meta 12											
14	Pagamento dos Serviços Operacionais da Instituição Executora/UFSC											

Previsão orçamentária

A previsão orçamentária para execução da presente proposta está demonstrada na planilha orçamentária em anexo.

